

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
BRASIL: políticas públicas e luta de classes num contexto neoliberal.			
AUTOR	INSTITUIÇÃO	Sigla	Vínculo
Sandra Neres Santos	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	Mestranda
RESUMO			
<p>Quaisquer análises significativas sobre as políticas públicas sejam em nível mundial ou em nosso país, jamais poderão ser consideradas como dádivas do Estado. Pelo contrário, são frutos e resultados diretos de inúmeras mediações da luta de classes. Analisar a atual conjuntura capitalista, a operacionalidade das políticas públicas no Brasil revela bem este fato. A atual intervenção do Estado pauta-se pela adoção de políticas econômicas de cunho neoliberal. Nessa perspectiva, não restam dúvidas sobre o caráter de classe deste ente. Ele é máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores. Assim, o Estado burguês atende as demandas da classe trabalhadora de forma muito pontual e focalizada, desestruturando todas as políticas estruturantes. Por outro lado, contribui de forma substantiva para acumulação capitalista no atual estágio pautado pela complexa financeirização da riqueza. Percebe-se relações de falso pertencimento de classe, sendo elemento central na dinâmica da luta de classes no sistema capitalista.</p>			
PALAVRAS-CHAVE			
Estado, Políticas Públicas, capitalismo.			
ABSTRACT			
<p>Any significant analysis of public policies are worldwide and in our country, can never be regarded as state gifts. Rather, they are fruits and direct results of numerous mediations of the class struggle. Analyze the current capitalist environment, the operation of public policies in Brazil and reveals this fact. The current state intervention is guided by the adoption of neoliberal economic policies. From this perspective, there is no doubt about the class character of this one. It is best to capital and minimum for workers. Thus the bourgeois state meets the demands of the working class in a very timely and targeted manner, disrupting all structural policies. On the other hand, it contributes substantially to capitalist accumulation at this stage marked by complex financialization of wealth. Perceives relations fake class belonging, being central to the dynamics of class struggle in the capitalist system.</p>			
KEYWORDS			
State, Public Policy, Capitalism			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e Luta de Classes.			

BRASIL: políticas públicas e luta de classes num contexto neoliberal.

Sandra Neres Santos

INTRODUÇÃO

Discutir sobre políticas públicas no atual contexto brasileiro, não tem como não referendar ao neoliberalismo. Processo este que nos faz repensar qual o real objetivo das políticas e do Estado. É visível o aprofundamento da precarização das políticas públicas e as implicações negativas que infligem as necessidades sociais, tudo isso objetivado pelos interesses capitalistas, criando assim meios que acabam submetendo a classe trabalhadora a um nível de dependência contínua, já que os serviços são oferecidos de forma pontual e focalizado, precário, em que o sujeito se vê incluído no sistema, mas de fato é uma inclusão superficial, mantendo-se á mercê da lógica neoliberal. No contexto atual a ideologia neoliberal é a predominante, que se disseminou no mundo com maior intensidade a partir dos anos 80, propagando os seus ideais entre as classes, provocando grandes impactos negativos nas classes subalternas, como desemprego, privatização das políticas públicas e conseqüentemente a precarização, processos estes que são essenciais para a produção e reprodução do capital. Segundo Paniago, o neoliberalismo

[...] Apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam a tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem do capital em queda (PANIAGO, 2008, p.123).

Todo esse processo intensifica a intervenção do mercado e a minimização do Estado para com as políticas sociais, em prol do favorecimento da acumulação do capital.

Nesse sentido, há um falso pertencimento da classe trabalhadora ao Estado e as políticas públicas no sentido lato do que estritamente estabelece as leis. Não são implementadas e viabilizadas no sentido de atender as demandas de forma totalitária. Conjuntura contraditória que tende a fortalecer preconizada em interesses capitalistas de acumulação e na retração da intervenção do Estado e conseqüentemente impede a classe trabalhadora de acessar adequadamente aos direitos.

DESENVOLVIMENTO

Vivencia-se a intensificação da precarização das políticas públicas que atinge diretamente a classe trabalhadora. A desresponsabilização do Estado mediante a efetivação dos direitos não é algo atual, há muito tempo presencia um descanso por meio dos governantes na gestão dessa máquina estatal. E na década de 1990 essa situação sofre um ferrenho acirramento diante do processo de privatização dos direitos sociais. Segundo Boschetti,

A ‘reforma’ da previdência social realizada no Brasil em 1998/1999 atingiu não só, mas com maior impacto, os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e inseridos no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sobretudo aqueles do setor privado. Os efeitos foram todos no sentido de reduzir a amplitude dos direitos conquistados com a reforma social estabelecida com a Constituição de 1988, daí a caracterização como contra-reforma. [...]. (BOSCHETTI, 2009, p. 186).

Torna-se evidente que o agravamento desse processo de desvalorização e de não investimento no fortalecimento das políticas públicas, tem seus rebatimentos na vida cotidiana de todos os cidadãos. Essa desvalorização parece impor um estigma de uma política pobre, que mesmo havendo avanços na legislação, não há viabilização dos direitos como deveria, o que predomina é a má qualidade dos serviços. Nesse mesmo contexto estão os profissionais, que sofrem as investidas do capital e direta e indiretamente os envolvidos, são atingidos pelas consequências do financiamento do capital em detrimento da desestruturação das políticas públicas, nos mostra como o Estado é máximo para o capital e mínimo para o social, salopando assim, os direitos já conquistados.

Nessa perspectiva, compreende-se a importância das políticas públicas na estruturação da sociedade, reconhecendo-as como frutos de lutas sociais e que essas conquistas devem ser valorizadas, visando à implementação/viabilização de forma qualitativa e de forma totalitária para que possa desenvolver ações que proporcione melhores condições de vida classe trabalhadora.

Compreender o processo da precarização dos investimentos na política pública se torna essencial para analisar o nível desigualdade, no contexto dessa realidade capitalista. Percebe-se que a situação precarização das políticas públicas no contexto capitalista, está intimamente embasada pela restrição de financiamento, o que tem como causa o acirramento desigualdade e afeta toda a estrutura social. Tudo isso resultado da adesão forçada do Brasil na lógica neoliberal que a partir dos anos 1990 que sofre um processo de contrarreforma. Como salienta Behring

A partir dos anos 1990, o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial. É um momento histórico com características diferentes do pós-64. Mas, certamente, configura-se como uma contra-reforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país (Mota, 1995 e 2000) [...]. (BEHRING, 2009, p. 113).

Nesse contexto de contrarreforma os direitos sociais e outros direitos que são conquistados através de lutas na década de 1980 e consolidados pela Constituição Federal de 1988, toma-se um viés diferente por conta dos interesses capitalistas na década de 1990. Como ressalta Boschetti

[...] O dilúvio neoliberal que varreu a América Latina e o Caribe nos anos 1980/90 provou a realização de contra – reformas que remodelam os sistemas de seguridade social, com reforço da lógica estrita do seguro, e, em alguns casos, de privatização dos sistemas predominantes até a década de 1990, agravando o quadro de iniquidades.(BOSCHETTI, 2009, p. 180).

Esse processo faz com que haja um acirramento das expressões da “questão social”, o que leva o sujeito a se submeter a qualquer trabalho degradante em prol da sobrevivência e poder servir ao capital, ou seja, um constante processo de produção e reprodução das necessidades, respondendo aos objetivos do mercado capitalista, inserido em um processo de absoluta precarização da vida social. Frente à dinâmica da sociedade, as refrações da “questão social“ se apresentam com novas roupagens e reflete diretamente na classe dos menos favorecidos. Nesse sentido Iamamoto ressalta que,

[...] a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e ‘exclusão’. O predomínio do capital fetiche conduz à banalização da vida humana, á descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das configurações da questão social na era das finanças. [...]. (IAMAMOTO, 2009, p. 29).

Essa dependência alienante institui-se como algo indissociável do processo de desenvolvimento do capital, facilita-se reprodução das relações para fortalecer a produção coletiva e a distribuição individualizada, o que proporciona a lucratividade do mercado, detenção individualista esta, que acirra constantemente as desigualdades sociais.

Percebe-se que é imprescindível para a acumulação capitalista essa relação de subordinação e dependência que implica em um processo de subsistência/sobrevivência, que contribui para a reprodução, sendo o sujeito apenas uma peça funcional ao sistema capitalista. Essa realidade afeta principalmente a classe marginalizada, que além de ser vista como objeto a serviço das intempéries do mercado, as políticas públicas por esse mesmo viés não atende aos direitos, ou seja, o sujeito é sacrificado de ambas as partes, mercado e Estado.

Nessa perspectiva, quanto menos instruídos o sujeito maior será a submissão a trabalhos degradantes e menos valorizados, impera a lógica do ter, não valoriza como sujeito social em sua essência humana, com qualidades e poder para transformar a natureza e a si próprio, relação natural e necessária ao sistema capitalista.

Nessa lógica, é notório de como o Estado está a serviço do capital, não possibilita o acesso da população às políticas públicas de qualidade, concomitantemente proporciona o agravamento da pobreza e das relações de dependência e submissão aos ditames do mercado sob as formas desumanas de trabalho. Essa desvalorização na lógica capitalista tem como base o trabalho morto (máquinas, meios tecnológicos) que vem ocupando os espaços do trabalho vivo (inserção de pessoas), mesmo assim a classe trabalhadora não teme em vender sua força de trabalho.

Diante da situação mercadológica, em que as falácias sociais se agravam, o que sobressai é a luta pela sobrevivência e a busca por melhores condições de vida, submetendo as imposições do sistema, às precárias condições de trabalho. Condições trabalhistas estas que intensificam com o aumento da inserção do trabalho morto e o exacerbado contingente do exército industrial de reserva, mecanismos estes que o próprio sistema capitalista desenvolve, sendo é essencial para a manutenção da reprodução e acumulação.

Nessa perspectiva, as políticas públicas, são despolitizadas pelo próprio Estado que tende a responder os interesses da burguesia, e o objetivo principal é o avanço das intervenções capitalistas. Sabe-se que houve avanços no acesso por parte dos cidadãos com a instituição das políticas públicas como direito, mas essa realidade nos apresenta de forma regressiva e desqualificada no contexto burguês, concedidas de forma superficiais e pontuais, e apresentada aos cidadãos como benesses ou ajuda dos governantes. Todo esse contexto contribui para o desenvolvimento do capital, fortalecendo-o graças ao descaso do Estado para com políticas públicas, provocando o acirramento das mazelas sociais.

É sabido que as políticas públicas foram instituídas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o que as respalda como política de direito e não de favor, deferindo a toda sociedade o direito de acessá-las. Essa transição foi e é uma conquista a classe trabalhadora brasileira, porém, demasiadamente vai sendo desconstruída, no que tange aos objetivos preconizados nas legislações pelo processo de contrarreforma do Estado em benefício aos interesses da burguesia, que impede a viabilização e efetividade de forma ampla, principalmente no que se refere a qualidade, o que impossibilita ações satisfatórias e dignas aos sujeitos.

Sabe-se, que frente às implicações geradas pelo sistema capitalista, inquieta-se a luta de classes, e como isso surge novas modalidades, reinventos políticos compensatórios para administrar as expressões da “questão social”, ora pela via do voluntariado, ora pela via das Organizações Não-Governamentais - ONGs, o que na maioria das vezes culpabiliza o sujeito, individualizando-o pela situação que se encontra, e o Estado enquanto ente responsável age de forma superficial, atribuindo esta responsabilidade à sociedade civil. Francisco de Oliveira (1998) APUD Behring

[...] o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual, pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro [...]. (BEHRING, 2009, p.52).

Percebe-se que o fundo público tem a serventia, principalmente para o grande capital, os

supracitados autores ainda ressalta que,

[...] o fundo público, tencionado pela contradição entre a socialização da produção e apropriação privada do produto do trabalho social, atua realizando uma punção de parcela da mais-valia socialmente produzida para sustentar, num processo dialético, a reprodução da força de trabalho e do capital, socializando custos da produção e agilizando os processos de realização da mais-valia, base da taxa de lucros. (BEHRING, 2009, p. 55).

Percebe-se que a utilidade do fundo público, se torna essencial no processo de produção e reprodução da acumulação capitalista, e os sujeitos ficam refém da precarização dos direitos sociais e das políticas públicas que diante dos interesses do mercado têm-se uma direção focalizada, favorecendo a acumulação do capital, impondo de certa forma à classe trabalhadora a adequar às demandas e a manutenção das relações que estabelecidas no sistema vigente.

Diante dessa relação de oferta e demanda estabelecida, percebe-se que a extração da mais valia que é essencial para a manutenção e expansão dos monopólios capitalistas e em contra partida o acirramento da precarização das condições de vida, que se expressa nas mais variadas formas no contexto atual. Nota-se que, com a precarização das políticas públicas nessa lógica neoliberal tende a complexificar ainda mais as relações sociais e o futuro da sociedade.

Para compreender estes contextos contraditórios se faz necessário ter uma visão crítica para melhor entender a historicidade e a dialética da realidade imposta, que nos possibilite conhecer para além da aparência, analisar a constituição e as múltiplas determinações na atualidade.

Desse modo, é de suma importância compreender o emaranhado que resulta na precarização das políticas públicas, e como isso interfere no desenvolvimento social dos sujeitos. Todo esse processo tem como pano de fundo a minimização do Estado, na desregulamentação da sociedade, Iamamoto, salienta que

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal-, no trato das necessidades em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 24).

O fundo público deveria ser a estrutura que proporcionasse a garantia da transferência de renda para efetivação da prestação dos serviços sociais de forma qualificada aos que tem direito, no Brasil favorece, como enfatiza Salvador

[...] O fundo público no nosso país historicamente favoreceu a acumulação do capital e apresenta características regressivas, tanto no lado do financiamento tributário, quanto na destinação dos recursos, Em uma única frase é possível definir as características do orçamento público no Brasil: financiado pelos pobres e trabalhadores e apropriados pelos ricos. (SALVADOR, 2010, p. 617).

Percebe-se que o regresso das políticas públicas está no processo de globalização, precarização das relações e agudização das expressões da “questão social” que segundo Yazbek

A globalização é, pois, esse processo visível a partir dos anos 80, esse movimento complexo e de difícil definição caracterizado por mudanças [...]. Não é um fenômeno novo porque o capitalismo é necessariamente global; é um fenômeno mitificado e ideologizado que comporta fraturas e contradições, mas inegavelmente é um processo com características próprias na perspectiva de adequação à nova tendência expansiva do capital. (YAZBEK, 1998, p. 51).

E nesse processo de globalização a desigualdade acirra acentuadamente, as expressões são cada vez mais expostas de forma desumana, em que há um Estado que reduz sua intervenção no âmbito social, que de acordo com Yazbek (1998, p. 52) “apela à solidariedade e se apresenta como ‘parceiro’ da sociedade em suas responsabilidades sociais.” Contexto este em que as ações neoliberais se fazem presentes e fortalece a privatização das políticas públicas prejudicando os sujeitos, o que fere a dignidade da humanidade.

No contexto atual, os direitos preconizados são limitados pela ordem do capital, que tem o Estado como aliado para “salvar” nas fases de crises. Nesta direção liberal do mercado percebe-se a impossibilidade dessa viabilização dos direitos. Como ressalta Yazbek ,

[...] O corte liberal e individualista referenda a desigualdade e as práticas diferenciadoras do mercado, despolitiza as relações no campo social. [...] as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado no âmbito da questão social, são reducionistas, que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. (YAZBEK, 1998, p. 52 -53).

Diante dessas ações governamentais, ações focalizadas, imediatas, transforma-se o que deve ser de direito em favor, muitas vezes consideradas como meio de angariar votos, sendo usado como ferramenta eleitoral, tudo isso inculido pela lógica neoliberal e pela via das estratégias da Comunidade Solidária e das organizações que tem como resultado o retrocesso dos direitos adquiridos. Como salienta Calvacanti,

[...] representa, do ponto de vista dos direitos sociais, um retrocesso, tanto da formulação quanto da implementação, das propostas direcionadas à sociedade. Essa nova relação Estado-sociedade-mercado favorece, em larga escala suas fronteiras, amplia sua acumulação e se revitaliza perante a sociedade. [...]. (CAVALCANTI, 2001, p.49).

Relações estas que a classe trabalhadora se torna subordinada aos ditames e interesses dos capitalistas, pois as políticas públicas que deveriam ser desenvolvidas com o direcionamento de fortalecer a classe na busca da viabilização dos direitos, acabam sufocadas pela concorrência do mercado na luta pela sobrevivência situada nas relações de consumo, estabelecendo certa mercantilização das relações sociais.

Desencadeia a flexibilização das relações de trabalho, como meios estratégicos para lucrar e quem é o maior prejudicado é o trabalhador que não tem seus direitos respeitados, fortalecendo assim os interesses capitalistas.

Nessa perspectiva, produz-se um exército industrial de reserva, para que diante da necessidade mercadológica e da luta pela sobrevivência, os sujeitos se submetam a qualquer tipo de trabalho, precárias remunerações salariais, contribuindo para o favorecimento do capital, em prol do processo de acumulação do capital.

Dessa forma, as contradições na realidade capitalista atual, contribui para maior conjugação da precarização das políticas em detrimento do capital, o que tende para barbárie dos direitos. Para Netto (2001, p.80) “[...] a proposta neoliberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais: qualquer regulação política do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio.”

As políticas públicas surgem como resultados de lutas da sociedade, mas em contra partida acabaram sendo acopladas pelos interesses capitalistas que realizam manobras estratégicas, desencadeando de forma estratégicas crises e recorrendo ao fundo público para socorrê-lo, ou seja, há um processo de financeirização dos mercados e quem paga por isso são os cidadãos, deixa-se de prestar serviços de qualidade para potencializar ainda mais o capitalismo. Como salienta Salvador

A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois ai esta o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem as transferências da proteção do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social. (SALVADOR, 2010, p. 606).

Diante dessa realidade, os benefícios que deveriam ser concedidos pelo Estado, via políticas públicas, ficam refém dos setores privados que investem, e o mercado é quem gerencia e os transformam em produtos, isso apresenta com maior ênfase dependendo do período e instabilidade das crises capitalistas. Percebe-se que, há um verdadeiro disfarce para se beneficiar de forma privativa da coisa pública.

Como o Brasil é um país em desenvolvimento e dependente, as quebras de bolsas nos países desenvolvidos refletem na sua economia, já que as relações comerciais são globalizadas. Nesse sentido, em períodos de crises recorrem se aos bancos, ao fundo público, isso para garantir o que preconiza os ideários privados. E o outro lado da moeda, estão os prejuízos e as consequências que isso traz para a classe trabalhadora, no que se refere aos direitos, segundo Salvador,

A tendência é de um brutal cortes de direitos e de conquistas sociais, sobretudo no campo da seguridade social. O que está em jogo é a avaliação que o mercado fará, particularmente o capital portador de juros, acerca da direção da política fiscal, do endividamento público e da redução do déficit externo. O corolário poderá ser o

arrocho fiscal com seus efeitos colaterais: recessão, redução do salário e do emprego nos setores público e privado. (SALVADOR, 2010, p. 615).

Nessa perspectiva, é notório como há um desrespeito para com a classe trabalhadora, pois a mesma contribui para que possa ter o retorno em políticas públicas que satisfaçam as demandas, a médio ou longo prazo, e o que realmente acontece é o desvio desse financiamento para o grande capital, em detrimento da conseqüente marginalização dos direitos até então conquistados, contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses capitalistas.

A década de 1990, no que refere ao contexto brasileiro, se tornou referência, no que tange as contradições e retrocesso dos direitos sociais, já que a contrarreforma acirrou e continua sendo base para o declínio dos direitos em favor dos interesses do mercado.

A partir deste período, o processo de regressão dos direitos via políticas públicas que foram conquistados através de lutas, demonstram constantemente às refrações resultantes da negação ou precarização. Diante dessa realidade contraditória, percebe-se que o Estado burguês contribui positivamente no financiamento no processo de reprodução e acumulação capitalista. Braga; Paula, retratam que

[...] Na realidade, o que vem se colocando ao Estado é a necessidade de solucionar uma contradição que ele mesmo ajudou a agravar: por um lado, vem se mostrando necessário conter o gasto com medicina previdenciária, porque a demanda não tem limites, como se verificou ao longo destes dez anos e, também, porque as articulações com o setor privado são extremamente onerosas, comprometendo o equilíbrio financeiro da Previdência Social. Por outro lado, como principal financiador da acumulação de capital no setor saúde, a Previdência Social está presa à sua própria trama, estão cristalizados mecanismos de pressão dos setores privados que tornam muito caras as ações da medicina previdenciária. (BRAGA; PAULA, 1980, p. 103-105).

Entende-se que sem financiamento e sem a atuação do Estado de forma efetiva para com os direitos sociais, a tendência das refrações da “questão social” é acirrar de forma exacerbada contribuindo para a intensificação e marginalização da população, o que contribui para a produção e reprodução do grande capital. Como salienta Octavio Ianni,

Modernizam-se a economia e o aparelho estatal. Simultaneamente, os problemas sociais e as conquistas políticas revelam-se defasadas. A própria cultura, em sentido lato também se mostra bloqueada ou pouca estimulada. A mesma nação industrializada e moderna conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas. (IANNI, 1991, p.11).

É notório que são muitos os desafios, na atual conjuntura as expressões da “questão social” apresentam-se de forma diversificada, mas sua natureza basilar se encontra nas contradições que o sistema capitalista produz.

Diante dessa realidade, é de se indagar, que políticas públicas são essas? Para que e para quem são direcionadas? Frente às necessidades do sujeito só quem detém o poder aquisitivo “terá o direito garantido?” Garantia esta que se só será possível pela via da compra e venda, ou seja, o que era direito se torna mercadoria. É revoltante como Estado burguês contribui para a escravidão disfarçada dos homens pelo capital, demonstra-se frágil para a classe trabalhadora, apenas amenizando os conflitos gerados pelo próprio sistema.

Nessa perspectiva, a conjuntura atual apresenta situações que regridem ao passado, e de forma ainda pior, porque mesmo inserido no mercado de trabalho, o trabalhador não tem condições de suprir as necessidades vitais na sua totalidade. O sistema é tão brutal que estabelece relações de contínua dependência, não proporciona meios para emancipação do sujeito, dessa forma, este se torna peça importante na engrenagem de produção da riqueza dos detentores do poder.

Nessa lógica, engendra-se em um processo contraditório e sem alternativa, pois não pode apostar no Estado que legalmente poderia responder suas demandas, já que este é o ponto de apoio do capital, sendo obrigado a submeter às condições de trabalho degradante como forma de sobrevivência. Essa realidade explicita a contradição das imposições do capital, que coloca a classe trabalhadora em situações estarrecedoras na luta pela vida.

É perceptível a cooptação das conquistas adquiridas via lutas da classe trabalhadora, que são as políticas públicas, inviabilizando por meio do Estado burguês a não concessão de forma qualitativa, em contra partida oferece empregos com condições insalubres e diante dessas implicações que o capital gera, a classe trabalhadora é atropelada enquanto sujeitos históricos e humanos que devem sua dignidade respeitada.

O que se presencia é a precarização por meio da privatização das políticas públicas, impossibilitando o acesso digno do que é público. O que impera na sociedade atual é o poder

aquisitivo financeiro, e quem detém desse “poder” desfrutará dos “direitos”, que na verdade se tornaram mercadorias, intensificando assim a desigualdade social.

Percebe-se que na conjuntura atual as políticas públicas sofrem implicações severas que desencadeia complexas relações, que impõe aos sujeitos a mendigar pelos direitos como se não fosse algo instituído. Diante dessa realidade, pode-se analisar que esse processo tem sua base na própria estruturação das formas de proteção e garantia. Quanto ao processo de estruturação de seguro no Brasil, Boschetti ressalta que

[...] No Brasil, a lógica do seguro estruturou e estabeleceu os critérios de acesso tanto da previdência quanto da saúde desde a década de 1920 até a Constituição de 1988. O princípio desta lógica é garantir proteção, às vezes exclusivamente, e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família. É um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou àquele trabalhador que contribui mensalmente para a seguridade social. Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados ‘segurados’ e seus dependentes, pois estes direitos (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, salário-maternidade, assistência médica), são entendidos como direitos decorrentes do direito do trabalho, destinando-se apenas àqueles inseridos em relações formais e estáveis de trabalho ou que contribuam como segurados especiais. [...]. (BOSCHETTI, 2009, p.176).

Vivencia-se uma realidade em que há uma coisificação das relações, em que o que impera é o dinheiro, ou seja, impõe-se a mercantilização de qualquer forma de relação. Como resultado, a parcela da classe trabalhadora que está fora do mercado de trabalho, fica a mercê de ações pontuais via políticas públicas precárias, processo este que se torna essencial para os investidores do grande capital. Quem “optar” pela qualidade dos serviços tem de pagar por isso, o que acaba gerando um fetichismo mercadológico, impregnando de que o que é privado é melhor. Procedimentos este que são fortalecidos pelo próprio Estado, pois não investe nas políticas públicas, mas em contra partida contribui para o fortalecimento do mercado, seja via isenções, pelo não investimento, via privatização da coisa pública. Como salienta Pastorini

O Estado (pensado prioritariamente como entidade que paira acima das classes) seria o responsável de garantir o suposto ‘bem comum’. Mas falar de ‘bem comum’

(conjunto de seres racionais em situação de igualdade) implicaria pensar que nenhum membro da sociedade poderia estar excluído, ou seja, estar-se-ia fazendo referência a todos e cada um dos homens, pensados como um conjunto homogêneo, onde não existiriam diferenças de nenhum tipo. Por isso entendemos que a ideia de ‘bem comum’ é símbolo do impossível, da utopia. O ‘bem comum’ não é uma realidade em si, é uma ideia construída socialmente, em que cada sociedade determina seu conteúdo com o objetivo de permitir o bom funcionamento social. (PASTORINI, 2004, p. 58).

O discurso se pauta pela ordem de que o Estado não dará conta de responder as demandas e privatiza o público a preços irrisórios, acirrando assim a desigualdade e as refrações da “questão Social” que se resulta das intervenções do mercado, sendo essencial no processo de acumulação capitalista, pois as mazelas sociais sempre foram e será a base para a ascensão e manutenção da lucratividade do mercado capitalista. No que tange as renúncias tributárias para beneficiar, os rendimentos do capital, Salvador salienta que

Ao mesmo tempo que vem taxando mais significativamente a renda dos trabalhadores assalariados e as classes de menor poder aquisitivo, pela tributação sobre o consumo, ao longo dos últimos anos, o Estado brasileiro vem abrindo mão de receitas tributárias importantes em favor da renda do capital. (SALVADOR, 2007, p. 89).

Diante desse processo, desencadeia-se um acirrado desemprego e essa massa da população desempregada, o exército industrial de reservas, é de suma importância para o mercado capitalista, pois esta mão-de-obra disponível, acaba sendo obrigada a submeter ao trabalho precário, flexibilização das relações de trabalho, e às imposições do capital como forma de manter sua sobrevivência. Yamamoto, ressalta que,

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a

ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. (IAMAMOTO, 2007, p.53).

Nesse sentido, o Estado desempenha intervenções pontuais e focalizadas de políticas públicas fracassadas que não contribuem para a emancipação do sujeito enquanto agente social de transformação, mantendo essas relações de dependência para que são essências para o capitalismo. Conforme Iamamoto,

[...] o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz ‘necessidades sociais do estômago ou da fantasia’ e se desenvolve sob relações sociais de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. [...]. (IAMAMOTO, 2007, p.55).

Dessa forma, o trabalhador fica na maioria das vezes sem ação. Tem-se como resultados, a crescente marginalização devido à precarização ou o não acesso aos direitos sociais, como moradia, alimentação saúde, trabalho, etc. o que transparece como algo natural, como que as mazelas da sociedade fosse normal, ou seja, o que é direito e deveria ser garantido, apresenta nas suas formas mais degradadas possíveis, acirrando as expressões da “Questão Social”, e as repostas à sociedade é o discurso da falta de investimento devido pouco recurso do Estado. Como salienta Iamamoto

O capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas -, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação. As necessidades sociais das maiorias, a luta dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão sofrem uma ampla regressão na prevalência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. Em outros termos,

tem-se o reino do capital fetiche na plenitude de seu desenvolvimento e alienação. (IAMAMOTO, 2007, p.107).

Percebe-se que institui-se um processo de reificação, em que as pessoas são vistas como coisas, essa forma mercantilizada de ver as relações, propicia a crescente banalização e desigualdade social, situação esta que o próprio sistema capitalista produz e necessita para sua reprodução e com a finalidade de extrair seus lucros. No que se refere a esse processo, Iamamoto enfatiza que,

[...] O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador ‘livre’ que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida - e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral. Assim, os agentes principais dessa sociedade - o capitalista e o trabalhador assalariado - aparecem como ‘personificações do capital e do trabalho’, isto é portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. A forma específica do valor - a forma mercadoria e seu fetiche - entranha tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de reificação, submetendo as relações entre os homens às relações entre coisas. (IAMAMOTO, 2007, p.58).

As relações sociais nesse processo são consideradas como mercadorias, consideradas como algo que pode ser descartada a qualquer momento, não há valorização do sujeito enquanto ser social em sua essência humana. Mesmo sendo insubstituível, o trabalho vivo na sociedade capitalista, não é considerado ou visto como produto do dispêndio da força de trabalho humana, não valoriza-o como peça principal desse engenho produtivo. Além de não valorizar, na maioria das vezes o trabalho vivo é submetido a formas de trabalho degradante, que aos poucos vai ceifando a saúde do sujeito social, consumindo assim suas forças. Conforme Bauman

A sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade

deles). O método explícito de atingir tal efeito é depreciar e desvalorizar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores. (BAUMAN, 2008, p. 65).

Nessa perspectiva, à luz dos interesses capitalistas, a classe trabalhadora é o maior alvo de todo processo de precarização, já que o exército industrial de reserva, dispõe de mão-de-obra que submetem às imposições do mercado. Dessa forma, o sistema capitalista produz suas próprias estratégias, produz as mazelas e se aproveitam delas para sua reprodução, estabelece assim relações de dependências insustentáveis de crescimento da riqueza para a minoria e sua manutenção, e em contra partida a complexificação da pobreza de grande parcela da sociedade. Segundo Marques

A esterilização desses recursos da seguridade, além de impossibilitar o atendimento de necessidades urgentes por serviços públicos essenciais, significa uma forte contenção de demanda agregada, pois tais recursos deixam de circular no mercado restringindo o consumo e o investimento, contribuindo, assim, para reduzir o dinamismo da economia. É mais uma demonstração do forte caráter contracionista da política monetária, que enxuga a circulação de moeda com o sacrifício das políticas sociais. (MARQUES, 2007, p. 35).

Nessa perspectiva, o Estado sendo um fundamental gerenciador das políticas públicas, poderia garantir melhores condições, mas infelizmente isso não acontece. A tendência é a flexibilização do trabalho e a intensificação das refrações da “questão social” e a financeirização desta. Como salienta Iamamoto

O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do ‘círculo da civilização’, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam, na ótica oficial, são a ‘violência e a solidariedade’. (IAMAMOTO, 2007, p.123).

Nesse sentido percebe-se que, apresenta a máquina estatal em crise, limitando a concessão ainda que precária dos serviços. Em contra partida surgem crises que o próprio sistema desencadeia como estratégia reestruturação, solicitando do Estado intervenções diante das demandas. É visível que o Estado está em crise enquanto função social, mas apresenta como sustentáculo para as necessidades de acumulação do capital. Diante das necessidades do mercado, Bauman ressalta que

Contudo, não é o Estado, nem mesmo seu braço executivo, que está sendo solapado, erodido, enfraquecido, que está definhando - mas sua soberania, sua prerrogativa de estabelecer o limite entre incluídos e excluídos, assim como o direito de reabilitar e readmitir estes últimos. [...] O Estado como um todo, incluindo seus braços jurídico e legislativo, torna-se um executor da soberania do mercado. (BAUMAN, 2008, p. 86-87).

Frente essa contraditória realidade, as políticas públicas são as que mais sofrem rebatimentos negativos. Percebe-se um crescente número de empresas privadas oferecendo serviços com as mais variadas condições de acesso e pagamento e conseqüentemente o acirramento da precarização do acesso via serviço público. Ou seja, há um processo de mão dupla, há um processo de precarização do serviço público, nesta mesma direção criam planos, consórcios para “facilitar” a vida do sujeito com discurso de atendimento rápido e de qualidade. O que intensifica o preconceito de que o público está falido e não atende se comparado com o setor privado. A noção de coisa pública vem sendo vista como negativa, e mal se sabe que esse acelerado processo de privatização é resultado de entrega do próprio Estado para beneficiar o capital. Iamamoto salienta que

O Estado funciona como esteio do capital privado, oferecendo-lhe, por meio de subsídios estatais, possibilidades de investimentos lucrativos nas indústrias de armamento, proteção ao meio ambiente, empréstimos aos países estrangeiros e infra-estrutura. A hipertrofia do Estado propicia maior controle sobre os rendimentos sociais, o que amplia os interesses dos grupos capitalistas em interferir nas decisões do Estado. (IAMAMOTO, 2007, p. 121).

Diante dessa realidade é notório que as implicações do não investimento em políticas públicas complexifica as relações sociais, implicando significativamente na regressão dos direitos sociais, mas esse processo vem de encontro com a necessidade do mercado capitalista. As contradições das relações sociais são produzidas pelo próprio sistema capitalista com apoio do Estado. Nesse processo até mesmo as ações do Estado são fetichizadas, já que é visto como o garantidor dos direitos, mas na verdade essa garantia está longe de se efetivar na sua totalidade como preconizada.

CONCLUSÃO

Na atual conjuntura de uma realidade, em que o individualismo impera, o que prevalece são as relações mercantis. Entende-se nessa lógica, o próprio capital produz a demanda para ele mesmo responder, ou seja, são estratégias monopólicas reproduzidas com base polarização de classes, cria-se um processo de dependência, em que as políticas públicas não possibilitam que os sujeitos em sociedade se emancipam.

Nessa lógica, a essência das relações estabelecidas na ordem do capital é manter a classe trabalhadora submissa aos seus ditames e das precárias condições das políticas públicas, que tem como resultado a desenfreada ânsia do capital pela lucratividade no processo de produção, reprodução e desvalorização das relações humanas em prol da mercantilização.

REFERENCIAS

BAUMAN, Z. Vida para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2008, p.65-86-87.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 113.

BOSCHETTI, I. **Seguridade Social na América Latina**. In. Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. (orgs). 2ª Ed. Cortez, 2009, p.174-195.

BRAGA, J.C.S; PAULA, S.G. **Saúde e Previdência**: Estudos de Política Social. In. Revista Saúde em Debate. 2ª Ed., São Paulo, HUCITEC 1980, p.103-105.

CAVALCANTI, S. A. U. Reformas do Estado e Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. Nº 68. Ano. XXII. São Paulo: Cortez, 2001, p. 34 – 52

IANNI, O. **A Questão Social**. Revista São Paulo em Perspectiva. Jan/Mar.1991, p 1-11.

IAMAMOTO, M. V. *A questão social no capitalismo*. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n.3, jan./jul.2001, p. 11 – 26.

IAMAMOTO. M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo. Cortez, 2007, p. 53- 123.

IAMAMOTO, M. V. **Estado, Classes Trabalhadoras e Política Social no Brasil**. In. Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. (orgs). 2ª Ed. Cortez, 2009, p. 13- 43.

MARQUES, R. M. Uma Previdência Social para os Brasileiros. In. **Arrecadação de Onde Vem? E Gastos Públicos Para onde vão?** (Org.) João Sicsú. São Paulo. Boitempo, 2007, p.17- 28.

NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e Ofensiva neoliberal.** In. Questões da Nossa Época. Vol.20 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.80.

PANIAGO, M. C. S. Neoliberalismo e os Antecedentes da “Crise” do Estado. Estado e Educação Superior – Questões e Impactos no Serviço social. **Temporalis.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS- Brasília. Grama, ano VIII, n.15. p. 121- 133. Jan./Jun.2008, p.123-127-130.

PASTORINI, A. **A Categoria “Questão Social” em Debate.** In. Questões da Nossa Época. Vol.109. São Paulo. Cortez, 2004.

SALVADOR, E. A Distribuição da Carga Tributária: Quem paga a Conta? In. **Arrecadação de Onde Vem? E Gastos Públicos Para onde vão?** (Org.) João Sicsú. São Paulo. Boitempo, 2007, p. 89.

SALVADOR, E. Fundo Público e Políticas Públicas na Crise do Capitalismo. In. **Crise Social: Trabalho e Mediações Profissionais.** **Revista Serviço Social & Sociedade.** Nº 104. São Paulo: Cortez. Out/Dez. 2010, p.605-631.

YAZBEK. M. C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Revista Serviço Social & Sociedade.** n.56. Ano XIX. São Paulo. Cortez, 1998, p.51-58.